

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 02/2020

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE JANEIRO DE 2020

(Contém 20 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VICE-PRESIDENTE – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 02/2020****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE JANEIRO DE 2020**

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião o Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota.

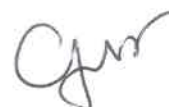
Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Sandra Cristina Lima Madeira Bernardo, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 9 de janeiro de 2020.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta do Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**CICLOVIA DA LAGOA:**

Questionada pelo Senhor Vereador Roberto Oliveira, sobre o ponto de situação da obra da Ciclovia quanto às notícias que foram divulgadas na comunicação social e nas redes sociais, a Senhora Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos, informando que a obra se encontra a decorrer dentro da normalidade e de acordo com o projeto aprovado. Mais informou que, logo após a notícia se ter tornado pública, o Gabinete 118, responsável pela fiscalização da obra, deslocou-se ao local para aferir a situação e informou que a obra está a cumprir com o projeto aprovado pelas diversas entidades competentes.

REPRESENTAÇÃO NO COMITÉ DAS REGIÕES EUROPEU:

A Senhora Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento que foi convidada para integrar a representação portuguesa no Comité das Regiões Europeu, referindo que se trata de um órgão consultivo, composto por 12 elementos e que terá de se deslocar uma vez por mês a Bruxelas, solicitando aos senhores Vereadores que as datas das reuniões de Câmara pudessem ser flexíveis no caso de coincidirem com as suas deslocações, informando que a primeira reunião ocorrerá nos dias 11 e 12 de fevereiro.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que as datas das reuniões podem passar para o final do mês ou podem ser ajustadas conforme a disponibilidade de agenda da senhora Presidente e dos senhores Vereadores.

PEDRAS DA ERMIDA DE SÃO JUDAS:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se já se sabe onde estão as pedras das Ermida de São Judas, tendo a Senhora Presidente da Câmara respondido que as pedras estavam no Parque de Máquinas e que já as mudou de sítio, estão todas numeradas e



existem em grande quantidade. Acrescentou que as mudou para uma zona de acesso reservado dentro da quinta contígua ao Parque de Máquinas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se as pedras estavam ao ar livre ou acomodadas dentro de um armazém tendo a senhora Presidente respondido que estavam ao ar livre, propondo uma visita dos senhores vereadores ao local.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que tem interesse em visitar o local para ver as pedras da Ermida e fica a aguardar o agendamento da visita.

CARRINHA AO SERVIÇO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE LAGOA - LAGOA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que a Câmara Municipal está a pagar uma carrinha de 9 lugares, através de um sistema de “renting” e que está ao serviço da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa – Açores e pediu esclarecimentos sobre essa situação.

A Senhora Presidente da Câmara informou que, dadas as boas relações institucionais existentes entre a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia de Lagoa, a carrinha foi temporariamente colocada na Santa Casa da Misericórdia e tem apoiado vários serviços camarários, garantindo os transportes do Grupo de Escoteiros de Santa Cruz, do Grupo de Cantares de Santa Cruz, da Paróquia Matriz de Santa Cruz, das crianças dos ATL's em dias de chuva, na distribuição dos cabazes aos idosos, no apoio à pista de gelo, entre muitos outros serviços de interesse e auxílio de quem precisa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que, na sua opinião, sendo a senhora Presidente da Câmara simultaneamente Provedora da Santa Casa da Misericórdia não o devia ter feito, não concorda com essa decisão e alertou-a para essa situação.

FÁBRICA PARA PRODUÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se a senhora presidente já tinha informações sobre a instalação de uma fábrica para produção de carros elétricos no Concelho de Lagoa.

A Senhora Presidente da Câmara informou que contactou a SDEA para obter informações e soube que ainda não chegaram a acordo com a Marques, S.A., quanto ao valor a pagar pelo armazém, estando em causa o valor de cerca de 600 mil euros que a Marques S.A. estará a pedir na negociação e que ainda não houve acordo entre as partes.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que sendo o pavilhão das Soluções M, o valor parece estar adequado, e que uma empresa que se propõe a investir



milhões não pode ter a expectativa de vir para a Lagoa e conseguir um espaço como aquele a um baixo custo.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ROBERTO OLIVEIRA:

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou o ponto de situação de três situações: a situação habitacional da família numerosa de Água de Pau; o reordenamento da entrada para acesso à Escola EBI de Água de Pau e a obra do Cine Teatro Professor João Ferreira da Silva.

Relativamente à família numerosa de Água de Pau, a Senhora Presidente da Câmara informou que, já este ano, reuniu com o ISSA. O Gabinete Técnico da Câmara Municipal enviou duas propostas, uma solução que abrange uma só família e outra com dois pisos que pode solucionar o problema de duas famílias. Acredita que o ISSA irá optar por resolver o problema apenas dessa família.

Quanto ao projeto do reordenamento do nó da Santinha informou que sabe que o Governo Regional está a diligenciar todos os procedimentos para aquisição do terreno para o referido acesso, tendo inclusive já sido oficiado à família proprietária nesse sentido.

Sobre o Cine Teatro Professor João Ferreira da Silva informou que já têm o visto do Tribunal de Contas mas antes de lançar a obra a concurso, pediu ao Gabinete Técnico para reunir com a equipa da 2ª fase de intervenção, responsável pela montagem dos panos cénicos, luzes e som, para que os técnicos possam ver o espaço e ter conhecimento das obras que vão ser executadas de modo a verificarem se há alguma coisa que precise de ser alterada em obra e não depois da obra estar concluída.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Em 2020 a Câmara Municipal de Lagoa continuará a apostar na área da educação e cultura;
- Câmara Municipal de Lagoa regularizou situação profissional de vários funcionários;
- Letsrunazores convidou Lagoenses para corrida/caminhada;
- Lagoa na Vice-Presidência da Rede de Autarquias Participativas;



- Premiados vencedores de Concurso de Presépios na Lagoa.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira apresentou as seguintes observações:

- No primeiro assunto, no último parágrafo, fazem referência às festas tradicionais, ligadas às tradições locais, em sua opinião, deveria se acrescentar as Festas da Paróquias, porque têm um fator económico importante nas localidades;

- No assunto “Câmara Municipal de Lagoa regularizou situação profissional de vários funcionários” referem “Trabalhamos para o bem comum e para a causa pública, porém, somos, muitas vezes, incompreendidos e mal vistos pela opinião pública” e justificou que tem sido com base, na opinião pública, “que a Câmara Municipal tem muita gente e trabalham pouco”, a sua posição de votar contra, o aumento de novos postos de trabalho.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que no assunto “Lagoa na Vice-Presidência da Rede de Autarquias Participativas” referem quatro anos e questionou se são efetivamente quatro anos, tendo a Senhora Vereadora Albertina Oliveira confirmado afirmativamente e informado que a participação do Município de Lagoa na presidência da Rede de Autarquias Participativas vem na sequência do bom trabalho realizado no Concelho, ao longo dos últimos quatro anos.

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – PROPOSTA DE CÓDIGO DE CONDUTA DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

De acordo com a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprovou o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, foi presente a proposta de Código de Conduta do Município de Lagoa – Açores.

De acordo com o estabelecido no artigo 19.º da referida Lei, as entidades públicas abrangidas pelo diploma devem aprovar Códigos de Conduta a publicar no Diário da República e nos respetivos sítios na Internet, para desenvolvimento, entre outras, das matérias relativas a ofertas institucionais e hospitalidade.

Com o presente Código de Conduta pretende-se assegurar a criação de um instrumento de autorregulação e de compromisso de orientação, estabelecendo-se os princípios e critérios orientadores que nesta matéria devem presidir ao exercício de funções públicas.

A Senhora Presidente da Câmara informou que o presente Código resulta da própria Lei, sendo que a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses fez um alerta a todos os Municípios, enviando um projeto-tipo de Código de Conduta para ser adaptado por todos os Municípios e que determina que os autarcas e chefias não possam aceitar ofertas e hospitalidades com valor superior a 150,00 €, e se porventura o receberem, terão de entregar na Câmara Municipal, sendo depois registadas.



O Senhor Vereador Carlos Augusto disse que não se entusiasmou com esse Código de Conduta, referindo que é muito permissivo, e que, no seu entender, a própria Lei é pouco abrangente, razão pela qual se abstém nesta deliberação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador do Partido Social Democrata Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador do Partido Social Democrata Carlos Augusto Furtado:

1.º Aprovar a proposta de Código de Conduta do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Dar conhecimento à Assembleia Municipal da deliberação de aprovação do mencionado Código.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

POR MOTIVOS DE ORDEM PESSOAL O SENHOR VEREADOR FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ AUSENTOU-SE DA REUNIÃO.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO:

Por despacho do Senhor Vereador Nelson Santos, responsável pela área do Desporto, foram presentes os processos de candidatura a apoio financeiro, ao abrigo do atual Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais Município de Lagoa – Açores, pelas seguintes Instituições Desportivas do Concelho, para o ano de 2020. Pela Unidade Orgânica de Desporto Juventude e Turismo foi apresentada a grelha de avaliação, conforme disposto no referido Regulamento e emitidos os seguintes pareceres:

- Associação Juvenil do Clube Operário Desportivo

“Da análise da documentação entregue, verifica-se o cumprimento do ponto 7 do artigo 11.º através da concretização de 356,5 em 400 pontos possíveis. Assim sendo, e com o conhecimento da realidade do clube e do concelho, recomenda-se que o clube deva continuar a promover de forma eficaz e transversal medidas de responsabilidade social junto os seus atletas, treinadores e dirigentes. O clube pratica e implementa medidas concretas de promoção do sucesso educativo. Sendo um dos clubes líderes na mobilização de atletas do género feminino compete-lhe a promoção de formações e sensibilizações inerentes a este público-



alvo, extensível aos seus familiares. Assim, sugere-se criação de eventos mobilizadores da comunidade e que contribuam para o apetrechamento de espaços públicos para a prática da modalidade. Com base no plano anual de atividades do clube, sugere-se deferimento do solicitado no valor de **14.880,00 €** sendo o valor aplicado em 2.800,00 € em inscrições/seguros; 2.500,00 € em material desportivo; 6.080,00 € em Treinadores; e 1.000,00 € em Médico/Fisiatra e 2.500,00 € com encargos com viatura de transporte de atletas (combustível e manutenção em veículos propriedade do clube)."

- Clube de Patinagem de Santa Cruz

"Da análise da documentação entregue, verifica-se o cumprimento do ponto 7 do artigo 11.º através da concretização de 316,5 em 400 pontos possíveis. Analisado o PAA atesta-se o cumprimento com sucesso dos projetos do clube, tendo consolidado a sua posição no panorama nacional da modalidade, contribuindo com atletas para inúmeros estágios nacionais e internacionais. Assim sendo, e com o conhecimento da realidade do clube e do concelho, recomenda-se que o clube promova de forma eficaz e transversal medidas de responsabilidade social junto os seus atletas. Sendo um dos clubes líderes na mobilização de atletas do género feminino, compete-lhe a promoção de estratégias promotoras do sucesso educativo, extensível aos seus familiares. Sugere-se ainda a aposta na formação de treinadores, de forma a colmatar o reduzido número de técnicos afetos aos escalões de formação. Assim, sugere-se deferimento ao solicitado no valor global de **12.000,00 €**, com vista à comparticipação de investimentos juntos dos mais novos, com aplicação das verbas nas seguintes rubricas: pagamento de técnicos até 4.200,00 €, inscrições de atletas na FPP até 2.800,00 €, aquisição de equipamento desportivo para atletas até 5.000,00 €."

- Atalhada Futebol Clube

"Da análise da documentação entregue, verifica-se o cumprimento do ponto 7 do artigo 11.º através da concretização de 264 em 400 pontos possíveis. Com base no conhecimento da modalidade e do trabalho desenvolvido no clube sugere-se a implementação imediata de um programa de fairplay e sucesso educativo com resultados medidos ao longo da época; que tente melhorar a autonomia operacional ao nível de transfer das crianças; a implementação/participação em eventos da modalidade dinamizadores da comunidade junto de espaços desportivos abertos ao público; o aumento da visibilidade das atividades do clube junto à comunidade. O clube manifestou ainda a intenção de dinamizar eventos, devendo apresentar formalmente esta candidatura para, à luz do presente regulamento, o executivo camarário poder pronunciar-se sobre a possibilidade de apoio. Assim, sugere-se deferimento do solicitado mediante a comparticipação do valor global de **7.000,00 €**, com vista à realização dos seguintes investimentos: aquisição de equipamento desportivo até 250,00 €, inscrição de jogadores até 3.000,00 €, atestados médicos para a prática desportiva dos atletas até 1.000,00



€, manutenção de veículos (propriedade do clube) afetos ao transporte de atletas até 750,00 €, honorários de treinadores até 2000,00 €.”

- Clube Operário Desportivo

“Da análise da documentação entregue, verifica-se o cumprimento do ponto 7 do artigo 11.º através da concretização de 239,5 em 400 pontos possíveis. Sendo um dos clubes de referência da modalidade que detêm maior número de praticantes no concelho, compete-lhe o aumento do número promoção de formações e sensibilizações inerentes a este público-alvo, extensível aos seus familiares. Assim, sugere-se a criação de eventos mobilizadores da comunidade com possível dinamização de espaços municipais de uso público, conciliando este com o objetivo de alargamento do número de praticantes. Sugere-se ainda que, na estratégia de reformulação do clube, haja lugar à adoção de medidas concretas de promoção do sucesso educativo nas camadas jovens e campanha de responsabilização parental, nesta que é uma prioridade municipal. Com base no plano anual de atividades do clube, e na adenda ao mesmo recebida a 30 de dezembro de 2019, sugere-se deferimento do solicitado no valor global de **30.000,00€**, sendo recomendado que o valor aplicado seja utilizado na comparticipação de investimentos até 5.000,00 € em despesas associadas à inscrição de jogadores (inscrições, seguros, atestados médicos); 10.000,00 € em material/equipamento desportivo; 5.000,00 € em Treinadores/técnicos; e 5.000,00 € com encargos com transporte de atletas (combustível e manutenção em veículos propriedade do clube), 5.000,00 € em bens de secretaria e de coordenação técnica.”

- Clube Náutico de Lagoa

“Da análise da documentação entregue, verifica-se o cumprimento do ponto 7 do artigo 11.º através da concretização de 305 em 400 pontos possíveis. Analisado o plano anual de atividades sugere-se deferimento ao solicitado consubstanciado na inclusão das iniciativas previstas, à exceção do projeto náutica e do campeonato nacional de canoagem, sendo o primeiro imputável a projeto específico resultante da articulação entre estabelecimento(s) de ensino, autarquia e clube; e o segundo candidatável à luz do regulamento em vigor (eventos). Sugere-se que o clube aborde com especial enfoque a dinamização, ao longo do ano, junto da comunidade das práticas náuticas incentivando à participação gratuita e descomprometida, tendo em vista o alargamento da base de praticantes. Assume-se também como fulcral a dinamização das zonas balneares através da criação de estruturas e serviços com ampla divulgação à comunidade e turistas com o usufruto de atividades náuticas nos meses de julho e agosto. O clube deverá envidar esforços de diversificação de fontes de receita decorrentes da dinamização de atividades/eventos ou inscrição em programas de apoio ao desporto (junto de associações de modalidades, federações ou governo regional). A comparticipação sugerida ao PAA assume um valor de **9.200,00 €** a serem investidos na comparticipação das seguintes rubricas: apetrechamento de equipamentos náuticos 1.200,00 €; comparticipação de um



assistente técnico 3.000,00 €; 2.000,00 € para comparticipação de treinador de vela; 2.000,00 € para comparticipação de um treinador de canoagem; inscrição de atletas de escalões de formação em federações e provas e seguros até ao valor de 1.000,00 €.”

- Santiago Futebol Clube

“Da análise da documentação entregue, verifica-se o cumprimento do ponto 7 do artigo 11.º através da concretização de 284,5 em 400 pontos possíveis. Considerando o Santiago Futebol Clube como um dos clubes com maior incidência na comunidade pauense, e analisados os documentos apresentados sugere-se que a estrutura privilegie a formação, tentando abranger todas as faixas etárias. O clube deve ainda envidar esforços na promoção de ações concretas de envolvimento na promoção do sucesso educativo dos seus atletas, devendo os treinadores conhecer e envolver-se no desempenho escolar dos seus pupilos. Considerando esta missão e após a análise do PAA sugere-se deferimento ao solicitado no valor global de **34.860,00 €**, sendo que 2.000,00 € dedicar-se-ão à comparticipação da viagem dos Veteranos até Lagoa Algarve, por convite do executivo daquela cidade ao clube e ao abrigo da geminação entre os dois concelhos. Recomenda-se que este valor seja entregue na totalidade ao clube, de forma a avançar para a aquisição atempada das passagens aéreas. O remanescente sugere-se que seja pago em duodécimos, devendo o relatório de contas refletir a utilização deste valor na comparticipação de material desportivo afeto aos escalões de formação até 10.000,00 €; 8.500,00 € para inscrições na AFPD, 2.500,00 € em gásóleo, 6.500,00 € em encargos com treinadores, 3.000,00 € para manutenção de viaturas e 2.360,00 € em despesas com policiamento de jogos.”

A Senhora Presidente da Câmara informou que estas propostas foram feitas de acordo com os novos regulamentos municipais de atribuição de apoios que já contemplam as recomendações do Tribunal de Contas e, com a nova estrutura orgânica da Câmara Municipal, a avaliação foi elaborada pelos respetivos responsáveis das Unidades Orgânicas. Acrescentou ainda, que os serviços serão exigentes e rigorosos no cumprimento dos critérios determinados pelos regulamentos que cada instituição passa a ter de cumprir e são as novas Unidades Orgânicas das áreas respetivas as responsáveis pela avaliação contínua, validação e verificação dos requisitos que cada instituição deverá cumprir.

O Senhor Vereador Nelson Santos esclareceu que é a primeira vez que se aplicam os novos regulamentos a estes apoios, pelo que o procedimento interno foi adotado às novas regras.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira comentou que só aquando da apresentação do relatório e contas é que se vai poder aferir a veracidade das verbas gastas e isso não será totalmente possível uma vez que as épocas desportivas não coincidem com o ano económico.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que no fecho de contas do Município, a Câmara devia assegurar que, àquela data, os clubes entregassem uma prova das despesas realizadas com o apoio atribuído.

O Senhor Vereador Nelson Santos disse que concordava que seja solicitado um documento que espelhe a aplicação do apoio para os fins determinados, pela divergência de datas entre o ano orçamental da Câmara Municipal e o fecho oficial de contas das instituições que acontece, normalmente, em meados de abril com a aprovação do relatório e contas pela Assembleia Geral.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que ao ver os valores propostos constatou que são praticamente os mesmos valores do ano passado à exceção do Clube Operário Desportivo que irá receber menos da metade do valor atribuído em 2019.

Expôs que atendendo à tradição do Clube Operário Desportivo e à situação de dificuldades financeiras que atravessa, a Câmara está a prejudicar ainda mais o Operário e não pode, de forma alguma, votar a favor desse apoio.

Afirmou que para um Clube que já recebeu 170 mil euros e agora passa a receber 30 mil euros é muito redutor, é o mesmo que dizer para se meterem em casa e que fechem o clube. Sinceramente não compreende o valor dessa redução, considerando-o ultrajante para um Clube com a tradição e dinamismo do Clube Operário Desportivo, um clube com história e que já deu tanto à Lagoa.

Acrescentou que em contrapartida o Santiago Futebol Clube tem um acréscimo de 2.000,00€ para os Veteranos irem a Lagoa – Algarve e tem sérias dúvidas que seja sequer possível dar um apoio para deslocações, no âmbito deste regulamento e dos apoios que este regulamento define.

O Senhor Vereador Nelson Santos expôs que compreende que se entenda que os apoios financeiros atribuídos sirvam para dar alguma estabilidade ao normal funcionamento das instituições, mas, no entanto, a atribuição dos apoios propostos assenta na classificação de uma grelha baseada em vários critérios e de acordo com aquilo que é a atividade desenvolvida e o solicitado pelas próprias instituições, pois a Câmara não pode, por exemplo, atribuir um valor superior àquele que é solicitado, não querendo dizer que o que é solicitado seja o apoiado ou simplesmente atribuir sem critérios.

No caso específico da equipa de Veteranos do Santiago Futebol Clube, sendo estes praticantes que integram o Santiago Futebol Clube e são reconhecidos pelo Clube, ainda que não federados, não podem ter o enquadramento dos Veteranos do Operário que têm uma entidade jurídica própria, ou seja, no fundo uma instituição diferente do Clube Operário Desportivo. Acrescentou que a deslocação dos veteranos a Lagoa-Algarve consta do plano de atividades do Santiago e resulta do convite expresso pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa – Algarve, aquando do intercâmbio realizado em outubro 2019 em que



esteve presente os Veteranos do Grupo Desportivo de Lagoa, acompanhado pelo executivo camarário. Este convite enquadra-se também no âmbito da geminação entre Lagoa – Açores e Lagoa-Algarve.

Quanto ao Clube Operário Desportivo, a Câmara é a primeira defensora do Clube, mas temos de ser cautelosos quanto à realidade dos acontecimentos e forma como a época desportiva começou. Informou que o COD tinha cerca de 110 jovens distribuídos pelas camadas jovens mais a equipa sénior, mas a realidade é que esta época, que começou em 2019, não conseguiu manter estes jovens e agora só tem cerca de 20 atletas mais a equipa sénior. Isto traduz-se em menos jovens que deixam de ter atividade física, ou que a procuram noutro concelhos ou modalidades, numa altura em que é determinante a promoção de hábitos de vida saudáveis através da prática de desporto. A abrangência de praticantes reflete-se, naturalmente, no correspondente apoio.

Acrescentou que da parte da atual direção do Clube tem havido uma postura transparente e que, o próprio presidente, ao tomar conhecimento do plano de atividades apresentado na altura ainda com perspetivas de ter mais escalões de formação, alertou para o facto do mesmo não corresponder à realidade e, portanto, compreende que o apoio da Câmara não pode ser o mesmo porque as circunstâncias são muito diferentes da época desportiva anterior.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado fez comparação com os apoios para o AJCOD e para o Atalhada Futebol Clube que também perderam atletas e não tiveram uma redução significativa, razão pela qual vota contra o apoio ao Clube Operário Desportivo e vai abster-se no apoio ao Santiago Futebol Clube e a favor das restantes associações.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que estavam a falar de reduções com amplitudes distintas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, com **exceção do apoio ao Clube Operário Desportivo** que foi votado, por maioria, com quatro votos a favor, sendo três dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador do Partido Social Democrata Roberto Oliveira e o voto contra do Senhor Vereador do Partido Social Democrata Carlos Augusto Furtado e o **apoio ao Santiago Futebol Clube** que foi votado, por maioria, com quatro votos a favor, sendo três dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador do Partido Social Democrata Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador do Partido Social Democrata Carlos Augusto Furtado:

1.º Aprovar a atribuição dos apoios financeiros às referidas Instituições Desportivas do Concelho, para o ano de 2020, nos montantes acima referidos, mediante a celebração de contrato-programa;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e às referidas Instituições Desportivas do Concelho;



3.º Encarregar a Unidade Orgânica de Desporto, Juventude e Turismo de proceder ao devido acompanhamento, conforme estabelecido no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais Município de Lagoa – Açores.

Por impedimento legal, na discussão e aprovação da proposta apresentada, ausentou-se da reunião a Senhora Presidente Cristina de Fátima Silva Calisto, nos pontos referentes à Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa e Centro Social e Cultural da Atalhada, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO:

Por despacho da Senhora Presidente da Câmara Municipal foi presente a proposta de atribuição de apoios financeiros às Instituições Sociais do Concelho, para o ano de 2020, analisada pela Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura, que abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando o ponto 1, do artigo 6.º, do Regulamento Municipal para Concessão de Subsídios, em que após entrega de todos os elementos exigidos para instrução dos pedidos de subsídio por parte das instituições de âmbito social, decorre a avaliação qualitativa e consequente proposta a submeter a decisão do Executivo;

Considerando que, as instituições locais assumem especial importância pelas atividades que desenvolvem e que visam a ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho, o apoio social aos mais carenciados, a prestação de cuidados aos mais idosos, apoio no percurso educativo, promoção de hábitos culturais e recreativos, a formação cívica, a prática de hábitos de vida saudáveis e demais atividades que promovam o bem-estar e a qualidade de vida de toda a comunidade;

Considerando a importância das instituições de âmbito social do concelho na dinamização de todas essas áreas de intervenção, propõe-se a concessão de subsídio às seguintes instituições:

- Casa do Povo de Água de Pau – 23.350,00 €

Considerando ser uma instituição com um trabalho reconhecido e de mérito na área da infância e juventude, que gere várias valências, nomeadamente, a creche Bem-Me-Quer, centros de atividades de tempos livres, centro de desenvolvimento e inclusão juvenil O Trevo, assim como,



promove atividades junto da comunidade de Água de Pau como cortejo etnográfico, workshops, entre outras. Atendendo, ainda ao facto de pretenderem abrir mais uma valência CATL no ano vigente, para dar resposta a lista de espera existente, que revela a necessidade das famílias do concelho em ter uma resposta segura e eficaz para os seus filhos após o horário escolar e nas férias letivas.

- Associação de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada - 46.950,00 €

Considerando ser uma entidade com atividades de reconhecido interesse público, nomeadamente, no âmbito da Proteção Civil, da Saúde e apoio comunitário na cidade de Lagoa. Atendendo, ainda que o corpo de bombeiros subsiste de voluntários que por uma causa nobre em prol da vida das outras pessoas se arriscam diariamente, bem como, pelo facto de não existir nenhuma associação local que realize este tipo de atividades na Lagoa.

- Centro Social e Cultural da Atalhada - 10.000,00 €

Considerando ser uma instituição social de âmbito polivalente, uma vez que gere uma valência creche, centros de atividades de tempos livres, centro de convívio de idosos, assim como, apoio aos agregados familiares em situação de carência económica. Foi das primeiras instituições, ao nível regional, e a única instituição de âmbito local, que desenvolve projetos de economia solidária, que assenta em valências produtivas como o artesanato, carpintaria e pastelaria, atividades comunitárias como por exemplo: a Feira de Economia Solidária, que já vai para a sua III edição, e a Aldeia de Natal, que possibilitam uma interação e divulgação entre as várias instituições locais e animação cultural para os habitantes do concelho de Lagoa.

- Centro Social e Cultural do Cabouco - 24.300,00 €

Considerando que a instituição tem como principais objetivos o apoio a crianças, jovens, idosos e suas famílias. Assim como, define como prioridades a educação não formal da juventude, como é exemplo o projeto diferenciador no concelho, denominado “Animação de Rua”, que permite a jovens das freguesias do Cabouco e Rosário, terem experiências enriquecedoras e inacessíveis de outra forma devido a carência económica em que vivem. Ainda, promovem uma cidadania mais ativa, acesso seguro nas novas tecnologias e hábitos de vida saudáveis dos jovens que se encontravam desocupados nas praças e locais em redor.

- Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa – Açores -18.400,00 €

Considerando ser uma instituição com dezoito anos de existência, com uma dimensão considerável tanto a nível social como de empregabilidade no concelho, uma vez que intervêm na área dos Idosos, com Lar Residencial e Centros de Dia para convívio, e na área da infância e juventude, com um Lar Residencial e Centro de Atividades de Tempos Livres. Ainda, apoia as famílias do concelho com apoio na atribuição de roupas e bens materiais, bem como, entrega de alimentos em parceria com outras entidades. Importa ainda referir, que este ano, abriu uma nova unidade de cuidados continuados, com capacidade para sete pessoas, sendo a única resposta deste âmbito que a Lagoa dispõe.



- Centro Sócio-Cultural de São Pedro - 13.500,00 €

Considerando que se trata de uma instituição com um trabalho de longo prazo e de elevado interesse municipal pois é a única que presta apoio domiciliário aos idosos e pessoas em situação de invalidez do concelho, dispõem ainda de um Centro de Dia para os idosos, em regime de dia inteiro, sendo uma resposta singular na cidade de Lagoa. A mesma promove ainda, na zona do Bairro de São Pedro, freguesia do Rosário, uma valência de Centro de Atividades de Tempos Livres e Centro de Formação Sócio-Familiar que possibilita desenvolverem vários ateliês culturais e recreativos.

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que os apoios são iguais aos do ano passado, o que dá a dita tranquilidade à instituição ao receber um valor regular, informando que se abstém em todos os apoios.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, sendo três dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador do Partido Social Democrata Roberto Oliveira e a abstenção do Senhor Vereador do Partido Social Democrata Carlos Augusto Furtado, não tendo participado a Senhora Presidente na atribuição dos apoios financeiros à Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa e ao Centro Social e Cultural da Atalhada:

1.º Aprovar a atribuição dos apoios financeiros às Instituições Sociais do Concelho, para o ano de 2020, nos montantes acima referidos, mediante a celebração de contrato-programa;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e às referidas Instituições Sociais do Concelho;

3.º Encarregar a Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura de proceder ao devido acompanhamento, conforme estabelecido no Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município de Lagoa-Açores.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal regressou à sala, a fim de continuar a participar na presente reunião.

Por impedimento legal, na discussão e aprovação da proposta apresentada, ausentou-se da reunião a Senhora Vereadora Albertina Oliveira, no ponto referente à Associação de Jovens da Ribeira Chã, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



PONTO N.º 5 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A INSTITUIÇÕES RECREATIVAS, CULTURAIS E OUTRAS DO CONCELHO:

Por despacho da Senhora Vereadora Albertina Oliveira, responsável pela área da Cultura, foi presente a proposta de atribuição de apoios financeiros a Instituições Recreativas, Culturais e outras do Concelho, para o ano de 2020, analisada pela Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura, que abaixo se transcreve:

“Considerando que, de acordo com o disposto na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal pode conceder subsídios a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando o ponto 1, do artigo 6.º, do Regulamento Municipal para Concessão de Subsídios, em que após a entrega de todos os elementos exigidos para instrução dos pedidos de subsídio por parte das instituições do Concelho de âmbito social, cultural e recreativo decorre a avaliação qualitativa e consequente proposta a submeter a decisão do Executivo;

Considerando que, as instituições locais assumem especial importância pelas atividades que desenvolvem, nomeadamente a ocupação útil dos tempos livres das crianças e jovens do concelho, o desenvolvimento e a promoção cultural, a preservação histórica e patrimonial e a investigação científica, o apoio no percurso educativo, a promoção de hábitos culturais e recreativos, a formação cívica, a prática de hábitos de vida saudáveis e demais atividades que promovam o bem-estar e a qualidade de vida de toda a comunidade;

Considerando a importância das instituições na dinamização do Concelho, propõe-se a concessão de subsídio às seguintes instituições:

- Associação Centro Cultural da Caloura – 7.130,00 €

Considerando que, o Centro Cultural da Caloura é um espaço cultural de referência e que contribui para descentralizar ações culturais, normalmente sediadas em grandes zonas urbanas, e que oferecendo uma exposição de pintura em permanência, tem vindo a intensificar a sua atividade com a realização de exposições de artistas conceituados em várias áreas, palestras, colóquios, “performances”, “workshops” e dispõe, ainda, de material de consulta sobre os autores das obras expostas e outros, assim como de informação cultural e artística em diferentes suportes.

- Associação Cultural e Recreativa dos Remédios – 6.000,00 €

Considerando que, a Associação Cultural e Recreativa dos Remédios – Lagoa é responsável pela organização do Festival de Cantorias ao Desafio, Império da Festa e dinamização cultural da Festa em honra de Nossa Senhora dos Remédios, entre outras ações.

- Associação de Jovens da Ribeira Chã – 3.700,00 €

Considerando que, esta associação cultural contribui para a ocupação útil dos tempos livres dos jovens da freguesia da Ribeira Chã, através do seu Clube de Informática “InforJovem”,



procurando cativá-los, sempre que possível, para a aprendizagem das novas tecnologias. Para além de que dispõe de um espaço de leitura, que apresenta como projeto o incentivo à leitura e à escrita, entre outras atividades. Para a prossecução das suas atividades, no corrente ano, torna-se necessário adquirir novos equipamentos informáticos e material lúdico/pedagógico.

- Associação Musical de Lagoa – 10.664,00 €

Considerando que, a Associação Musical de Lagoa dará continuidade às atividades da Academia Musical de Lagoa que assegura a formação musical em saxofone, teclas, trompete, violão e coro e do seu Plano de Atividades consta ainda a realização de Workshops e audições de música, teatro e do Festival de Bandas Filarmónicas.

- Associação dos Pescadores de Lagoa – Açores “Bom Porto” – 7.000,00 €

Considerando que, a Associação dos Pescadores de Lagoa Bom Porto – Açores tem como principais objetivos promover a cooperação da comunidade piscatória do concelho de Lagoa nas suas relações com outras entidades ligadas ao mar; contribuir para a dinamização das atividades económicas do concelho e contribuir para o associativismo empresarial e projetar a imagem da ligação da Lagoa ao mar, entre outras.

- NELAG – Núcleo de Empresários do Concelho de Lagoa – 23.672,00 €

Considerando que, o NELAG oferece um conjunto de serviços destinados à promoção económica do concelho, constando do seu Plano de atividades a promoção da restauração por ocasião do dia dos namorados, a realização de guias, palestras, ações de formação e sensibilização no âmbito comercial e empresarial e a colaboração no apoio jurídico aos associados do Nelag, ações de dinamização do “Dia dos Namorados”, organização da Feira de Atividades Económicas, Mercadinho de Natal e Concurso de Montras.

- Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores (OVGA) – 6.260,00 €

Considerando que, o OVGA é responsável, pela abertura ao público do Observatório, local onde se realizam exposições, conferências, palestras e atividades geológicas junto de diversas escolas do ensino básico, secundário e universitário. Sendo, igualmente, responsável por projetos de investigação técnico-científica e pela edição de publicações no âmbito da cultura científica, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento de um conjunto de atividades ligadas ao turismo e ao lazer, de carácter apelativo, as quais valorizam os recursos e as identidades locais.

- Paróquia da Matriz de Santa Cruz – Museu Coleção Visitável de Lagoa – 7.800,00 €

Considerando a recente abertura de um Núcleo Museológico denominado por “Coleção Visitável da Matriz de Lagoa” o qual possui um relevante registo histórico e cultural, com um espólio riquíssimo pertença da Igreja Matriz de Santa Cruz, patente através de uma exposição visitável que se encontra aberta à comunidade e ao público em geral, é de todo o interesse celebrar um protocolo de dinamização cultural daquele espaço.

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual a razão do aumento do apoio à Associação de Jovens da Ribeira Chã de 1.000,00€ para 3.700,00€, tendo a Senhora Presidente informado que o mesmo se destina à aquisição de equipamento informático.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que, à semelhança do ponto anterior, abstém-se em todos os apoios.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira informou que vota a favor de todos os apoios, mas abstém-se na atribuição do apoio ao NELAG – Núcleo de Empresários do Concelho de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, sendo três dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador do Partido Social Democrata Roberto Oliveira e a abstenção do Senhor Vereador do Partido Social Democrata Carlos Augusto Furtado, **sendo que o apoio ao NELAG – Núcleo de Empresários do Concelho de Lagoa** foi votado por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, não tendo participado a Senhora Vereadora Albertina Oliveira na atribuição do apoio financeiro à Associação de Jovens da Ribeira Chã:

1.º Aprovar a atribuição dos apoios financeiros às Instituições Recreativas, Culturais e outras do Concelho, para o ano de 2020, nos montantes acima referidos, mediante a celebração de contrato-programa;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e às referidas Instituições Sociais do Concelho;

3.º Encarregar a Unidade Orgânica de Ação Social, Saúde, Educação e Cultura de proceder ao devido acompanhamento, conforme estabelecido no Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município de Lagoa-Açores.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira regressou à sala, a fim de continuar a participar na presente reunião.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 22 de janeiro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 690.987,63 € (seiscentos e noventa mil novecentos e oitenta e sete euros e sessenta e três cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.



A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS, LICENÇAS, ÁGUA E SANEAMENTO:

PONTO N.º 7 – INFORMAÇÃO – PRESCRIÇÃO DE DÍVIDA DE ÁGUA:

Foi presente a informação datada de 17 de janeiro do corrente ano, elaborada pelo Escrivão das Execuções Fiscais, que abaixo se transcreve:

“Decorridos que são 8 anos desde a data da autuação, e face ao que dispõe o n.º 1 do artigo 48.º da Lei Geral Tributária, Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, a obrigação tributária prescreve no prazo de 8 anos, salvo se outro mais curto estiver fixado na Lei.

Face ao exposto, incluso anexo a Requisição de 144 conhecimentos dos processos referentes ao ano de 2011, no montante de 3.952,47 € (três mil novecentos e cinquenta e dois euros e quarenta e sete cêntimos), a fim dos mesmos serem anulados.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, que sejam levantados os referidos processos, procedendo-se à sua anulação, por prescrição, face à legislação em vigor.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

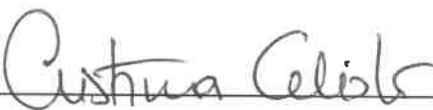
ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 12:00 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.



E eu *Sandra Madeira Bernardo*, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


CRISTINA DE FATIMA SILVA CALISTO